



As Principais Dinâmicas Econômicas Sub-Regionais do Estado de Pernambuco no período 2002 a 2017

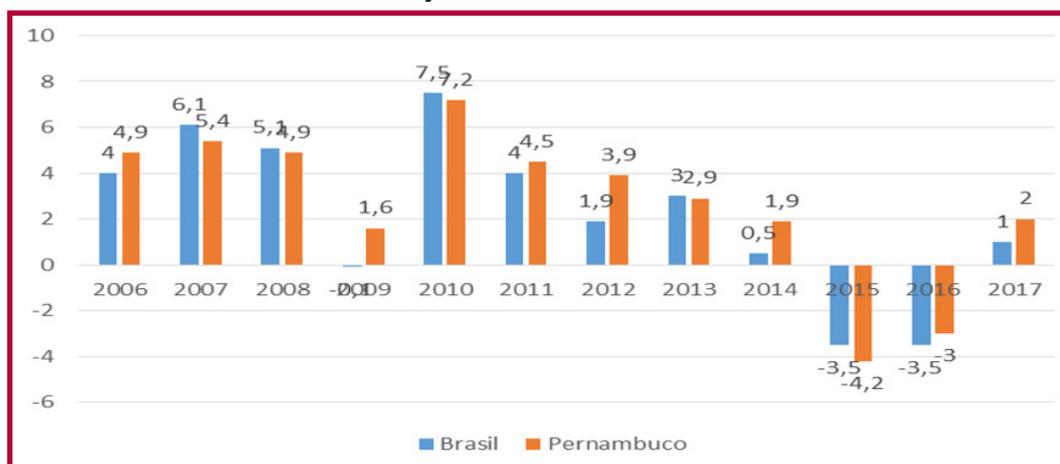
ÉDIPO TENÓRIO HOLANDA DIAS (GRADUANDO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS NO CAA/UFPE)
JOSÉ VALDECY GUIMARÃES JÚNIOR (DOUTOR EM ECONOMIA E PROFESSOR DO NG/CAA/UFPE)

No período recente, a partir do início do século XXI, parecia que a economia pernambucana iria reverter a sua longa perda de dinamismo econômico frente ao Nordeste. Tal perda relativa originou-se na segunda metade dos anos 1970, acentuando-se na primeira metade dos anos 1980, mantendo-se durante toda a década de 1990 (Lima *et al*, 2007, p. 527) e seguindo até o ano 2002 (Monteiro Neto e Vergolino, 2014, p. 108).

Em 2002, a chegada ao governo federal de uma frente política com matizes desenvolvimentistas melhorou as perspectivas do estado (p. 108). A partir de 2003, o aquecimento do mercado nacional e a retomada do investimento estatal em projetos estruturadores, nos moldes de uma política nacional de desenvolvimento regional, fizeram com que em Pernambuco a liderança do investimento público atraísse uma lucrativa carteira de projetos de interesse do setor privado (Monteiro Neto e Vergolino, 2014, p.109).

Ressalta-se o importante papel desempenhado pelo governo de Pernambuco tanto na articulação política para garantir a vinda dos investimentos estruturadores federais - carro chefe da possível reestruturação industrial do estado - quanto ao desenho de políticas de desenvolvimento adequadas, abrangendo a atração de investimentos privados, a expansão da infraestrutura, a promoção de arranjos produtivos, o suporte às exportações, etc. (Lima *et al*, 2007, p. 533). No entanto, de acordo com a Figura 01, os resultados positivos sofreram uma reviravolta.

Figura 01
Brasil e PE: variação real do PIB – % – 2006 a 2017



Fonte: Elaboração CEPLAN, dados Condepe-Fidem: Contas Regionais/IBGE.

Dado que a economia de Pernambuco é atrelada à economia nacional, verificou-se que, após o ano de 2009, onde o PIB brasileiro caiu 0,1% e o pernambucano cresceu 1,6%, seguiu-se o período 2010-2014 em que ambos desaceleraram fortemente, para encolherem nos anos 2015 e 2016 e, em 2017, voltarem a crescer.

Durante o período considerado, a economia de Pernambuco apresentou, segundo as contas regionais, desempenho melhor do que a média do país. No rastro do ciclo econômico nacional, a economia do estado experimentou queda no nível de atividade devido à recessão brasileira e aos impactos da Lava Jato. Além da queda das exportações brasileiras (canal de contágio da crise econômica internacional de 2008), as apurações de corrupção e as inúmeras delações contribuíram para a diminuição dos investimentos públicos e privados no estado, acarretando desmobilizações massivas da força de trabalho em Suape e outras localidades, impactando na elevação da taxa de desemprego.

Diante de todos esses acontecimentos seria interessante investigar como reagiram as diversas dinâmicas econômicas sub-regionais ocorridas no interior do estado de Pernambuco. A Figura 02 mostra como o produto pernambucano de 2002 e 2017, em termos correntes, foi apropriado pelas mesorregiões daquele estado.

Figura 02
Participação dos PIBs Mesorregionais no PIB de PE – 2002 e 2017 (%)

Mesorregiões do Estado de Pernambuco	2002	2017	Varição (%)
Sertão Pernambucano	5,66	5,73	0,07
São Francisco Pernambucano	5,86	5,48	-0,38
Mata Pernambucana	10,29	14,23	3,94
Agreste Pernambucano	13,49	16,35	2,86
Metropolitana de Recife	64,69	58,2	-6,49

Fonte: Elaboração própria, dados SIDRA/IBGE (2020).

Como se pode observar na Figura 02, a repartição do PIB estadual se dá de maneira muito desigual. Somente a Mesorregião Metropolitana de Recife absorveu mais da metade (64,69% em 2002 e 58,2% em 2017) de toda a produção anual de bens e serviços finais produzidos no Estado. Juntas, as Mesorregiões Metropolitana de Recife, Agreste Pernambucano e Mata Pernambucana englobaram quase 89% da produção estadual de 2002 e 2017 (88,47% e 88,78%, respectivamente).

Durante os quinze anos em tela, o Sertão Pernambucano praticamente manteve-se estagnado (0,07%), enquanto que o São Francisco Pernambucano e a Metropolitana de Recife tiveram queda. Esta última, apesar de ser a mesorregião mais próspera, impressiona pela intensidade de sua perda relativa em -6,49%. Apenas as mesorregiões Mata Pernambucana e Agreste Pernambucano experimentaram uma elevação da participação relativa no PIB estadual, ficando esta última em segundo lugar com 2,86% e a Mata Pernambucana na dianteira do *ranking* com 3,94%.

A exceção de poucas atividades econômicas, à medida que se adentra no vasto interior pernambucano, percebe-se enorme vazio econômico, traduzido pela ausência do setor público no aproveitamento ou criação de vantagens comparativas. A resultante insuficiência de renda desta população é, segundo Jannuzzi *et al* (2014), marcada pela situação de pobreza e vulnerabilidade social, uma vez que há forte correlação entre a renda e outras dimensões socioeconômicas, como a insegurança alimentar, a dificuldade de acesso à infraestrutura urbana e aos serviços e programas sociais.

REFERÊNCIAS

CONSULTORIA ECONÔMICA E PLANEJAMENTO (CEPLAN). Disponível em <www.ceplan-consult.com.br>. Acesso em 30 de agosto de 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em 06 de janeiro de 2020.

JANNUZZI, Paulo de Martino *et al.* **Dimensionamento da extrema pobreza no Brasil: aprimoramentos metodológicos e novas estimativas**. IN: CAMPELLO, Tereza (Org). O Brasil sem miséria. Brasília: MDS, 2014.

LIMA, João Policarpo R.; SICSÚ, Abraham Benzaquem; PADILHA, Maria Fernanda F. G. Fortaleza: **Revista Econômica do Nordeste**, v. 38, n° 4, out-dez. 2007.

MONTEIRO NETO, Aristides; VERGOLINO, José Raimundo de Oliveira (Orgs). **Pernambuco 2000-2013: sociedade, economia e governo**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

Uma Alternativa para Reduzir a Pobreza e suas Armadilhas no Mercado de Crédito

ALINE OLIVEIRA SILVA (GRADUANDA EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS NO CAA/UFPE)
ANDREZA LUCAS (DOCTORA EM ECONOMIA E PROFESSORA DO NG/CAA/UFPE)

A pobreza é um fenômeno muito presente no Brasil, sobretudo no Nordeste. Enquanto que a porcentagem de indivíduos extremamente pobres¹ no Brasil em 2010 era de 6,62% em Pernambuco essa taxa correspondia a 12,32%. A Figura 01 indica o percentual de indivíduos extremamente pobre nos municípios do Agreste pernambucano². Percebe-se que para a maioria das cidades o índice é superior ao do estado de Pernambuco. Toritama se mostrou com o menor valor da região, de 2,71%, em contrapartida o maior era de 45,08%, em Tupanatinga.

Figura 01

Proporção de Extremamente Pobres no Agreste de Pernambuco



Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2010).

1 É considerado extremamente pobre o indivíduo com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010.

2 A Mesorregião engloba 71 dentre 185 municípios de Pernambuco.

No ano de 2010 o PIB per capita do Brasil era de R\$ 19.938,60, os dados mais recentes, de 2017, apresentam um valor de 31.833,50 (IBGE), um crescimento em torno de 59%. Em Pernambuco o PIB per capita em 2017 correspondia a R\$ 12.231,07. Alguns municípios com menores taxas de extremamente pobres, como Santa Cruz do Capibaribe (3,13), Toritama (2,71) e Caruaru (5,66) possuíam, no mesmo ano, um valor maior que esse para o PIB, Belo Jardim (12,11) apresentou o maior valor na região, de R\$ 23.752,18.

Armadilhas de pobreza são situações nas quais as restrições impostas pela pobreza impedem os indivíduos ou grupos de indivíduos de alcançarem um nível de crescimento sustentável, fazendo com que a pobreza se autoperpetue.

As restrições creditícias podem ser vistas como uma armadilha da pobreza (Moreira, 2009), inviabilizando o investimento, já que o indivíduo extremamente pobre não possui garantias mínimas para solicitar um empréstimo. Yunus, conhecido como o banqueiro dos pobres, desenvolveu uma metodologia de microcrédito direcionada para os considerados mais miseráveis em seu país, Bangladesh, onde a situação de pobreza é mais crítica do que no Brasil.

A estratégia do Grammen Bank³ consiste na garantia solidária. Um grupo de possíveis empreendedores pede um empréstimo em parceria, onde os indivíduos adquirem o capital à medida que seus sócios pagam o empréstimo, essa estratégia reduz os riscos no mercado e incentiva a aprendizagem mútua e resolução de problemas. A devolução do empréstimo é realizada em pequenas parcelas. Também se prioriza empréstimo para mulheres, simplicidade e baixa burocracia nas negociações, e a instituição utiliza meios que facilitam a chegada do crédito até as vilas (Yunus, 2000).

No Brasil é possível identificar trabalhos que se assemelham ao do Grammen, inclusive no Agreste de Pernambuco, e que são responsáveis pela diminuição da pobreza e incentivo a pequenos empreendedores. No Quadro 01, há alguns exemplos dessa modalidade de crédito.

Quadro 01
Microcrédito

Instituição	Modalidade	Valor de Crédito	Parcelas	Comprovação de renda	Taxa (a.m)
CEAPE	Grupo - Giro	1.000 a 20.000	3 a 12	Aval solidário	2,74%
Avante	Micro	400 a 35.000	Até 12	X	2% a 5,4%
Caixa	MPO ⁴ Caixa	300 a 21.000	4 a 24	X	Até 4%
Banco do Brasil	MPO	-	5 a 15	Fiador (talvez)	Até 4%
Itaú	Micro	400 a 20.300	4 a 15	Fiador	Até 3,79%
Bando do Nordeste	Giro solidário	100 a 21.000	2 a 12	Aval solidário	-
	Giro individual	300 a 21.000	2 a 12	Fiador	-
	Agroamigo	-	-	X	-

Fonte: Elaboração própria, a partir de Silva (2019).

3 Instituição fundada por Yunus como um negócio social.

4 Microcrédito Produtivo Orientado.



Enquanto que os ofertantes de crédito tradicional vinculam os riscos envolvidos na oferta de crédito a uma taxa de juros mais alta, o Grammen Bank focou no desenvolvimento de uma metodologia que por si só levasse à diminuição do risco do não pagamento do empréstimo gerando cooperação e compartilhamento de conhecimento.

REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL. Disponível em <www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em 10 de janeiro de 2020.

IBGE. Cidades e Estados. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>>. Acesso em 9 de janeiro de 2020.

MOREIRA, Renata Couto. **Desigualdade, crescimento econômico e armadilhas da pobreza no Brasil: 1996 a 2007**. Minas Gerais, 2009.

YUNUS, Muhammad; JOLIS, Alan. **O banqueiro dos pobres**. Tradução de Maria Cristina Guimarães Cupertino. São Paulo, SP: Editora Ática, 2000.

SILVA, Aline Oliveira. **Microcrédito e informação assimétrica: uma análise da experiência do Grammen a partir da teoria dos jogos**. Trabalho de Conclusão de Curso - UFPE: Caruaru, 2019.



Uma Análise da Pobreza Estrutural do Agreste Central Pernambucano sob a ótica do Índice do Desenvolvimento Humano Municipal e da Concentração de Renda

IVONALDO WERRYSSON R. MACIEL (GRADUANDO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS NO CAA/UFPE)

ROSA KATO (DOUTORA EM ECONOMIA E PROFESSORA DO CAA/UFPE)

LUCILENA FERRAZ CASTANHEIRA CORRÊA (DOUTORA EM ECONOMIA E PROFESSORA DO CAA/UFPE)

A pobreza estrutural do agreste central pernambucano¹ pode ser observada através do nível de concentração de renda que sua população está inserida, podendo ser instrumentalizada e estudada através do Índice de Gini. Nesse sentido, observa-se através da Figura 01, um agravamento no que se refere ao aumento de aproximadamente 10,95% na média da concentração de renda na região entre os anos de 1991 e 2000. No entanto, observa-se que na década de 2010, é possível identificar uma inflexão no movimento registrado na década anterior. Esse movimento pode ser analisado através da redução na trajetória de crescimento da concentração de renda no Agreste Central. Um dos motivos do referido processo pode ser atribuído aos resultados promovidos pela implementação em maior escala do Programa Bolsa Família em Pernambuco (Silveira Neto e Azzoni, 2013). Diante dessa perspectiva, ao analisar o Índice de Gini 2010 é possível identificar que os municípios que apresentaram os maiores indicadores de concentração de renda são os mesmos que revelaram os maiores valores de proporção de pobres² na década analisada, por exemplo, no município de Panelas em 2010 aproximadamente 49,52% da sua população foi considerada “pobre” e 29,62% eram “extremamente pobres”, ou seja, quase 80% da sua população vivia em condições de forte vulnerabilidade social e econômica.

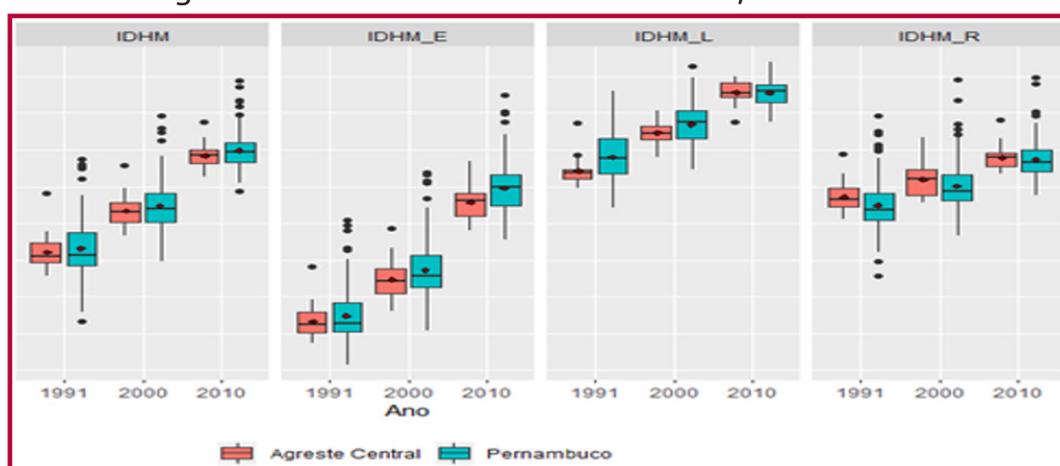
1 A região do Agreste Central do estado de Pernambuco é composta por 26 municípios.

2 Proporção de extremamente pobres: Indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais; Proporção de pobres: Indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, segundo Codepe/Fidem.

Figura 01Índice de Gini³ – Agreste Central Pernambucano – 1991, 2000 e 2010

Fonte: CODEPE/FIDEM.

Ao analisar a região do Agreste Central sob a ótica do IDHM através da Figura 02 identifica-se uma evolução de aproximadamente 66,76% entre os anos 1991 e 2010, valor maior do que o registrado para o estado de Pernambuco no mesmo período, que foi de 52,96%. Ao desagregar o IDHM, constata-se que a dimensão “educação” é a que apresenta o menor valor no período analisado, tanto para a região quanto para o estado de Pernambuco. No entanto, sob a perspectiva de evolução entre os anos de 1991 e 2010, a variável “educação” foi a que apresentou os maiores percentuais de evolução nesse período, revelando uma melhora na educação. Entretanto, fica evidenciado que a referida dimensão impede uma melhora do IDHM dos municípios pernambucanos.

Figura 02Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)⁴
Agreste Central e Pernambucano – 1991, 2000 e 2010

Fonte: CONDEPE/FIDEM.

3 O Índice de Gini é construído a partir da variável “renda per capita familiar”, tem como objetivo medir a concentração de renda de determinado grupo ou região. Esse índice varia de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 mais concentrada é a renda do grupo analisado.

4 O IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) tem como finalidade medir o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida da população de determinada região. O IDHM é analisado por meio das seguintes variáveis: educação (anos médios de estudos), longevidade (expectativa de vida da população) e o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. O IDHM varia de 0 a 1 e quanto mais próximo de 1 mais desenvolvida é a região analisada.



Na amostra de 1991 somente o município de Caruaru (0,481) apresentava um índice maior do que a média registrada para a região (0,373) e o verificado para o estado de Pernambuco (0,440). No Censo de 2000, esse número de municípios da região aumenta se comparado com a média da região do Agreste Central (0,479), tais como: Cachoeirinha (0,481), Caruaru (0,558), Gravatá (0,496) e Pesqueira (0,482). Confrontando-se o valor para o estado de Pernambuco (0,544), constata-se que ainda somente o município de Caruaru apresenta valores acima dessa média. Para a década de 2010, a região apresentou um IDHM de (0,622) e Pernambuco (0,673); se comparado com a média, a região de Belo Jardim (0,629), Caruaru (0,677) e Gravatá (0,634) foram os municípios com melhor desempenho em relação ao Agreste Central, e novamente Caruaru apresentou valores melhores que a média do estado.

REFERÊNCIAS

Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem). Disponível em < www.condepefidem.pe.gov.br>. Acesso em 01 de outubro de 2019.

SILVEIRA NETO, Raul M.; AZZONI, Carlos R. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo C. **BOLSA FAMÍLIA**: Uma Década de Inclusão e Cidadania. Brasília: Ipea, 2013. p.217-232.

Polarização na Distribuição do Trabalho e Vulnerabilidade: Evidências para os Municípios Pernambucanos

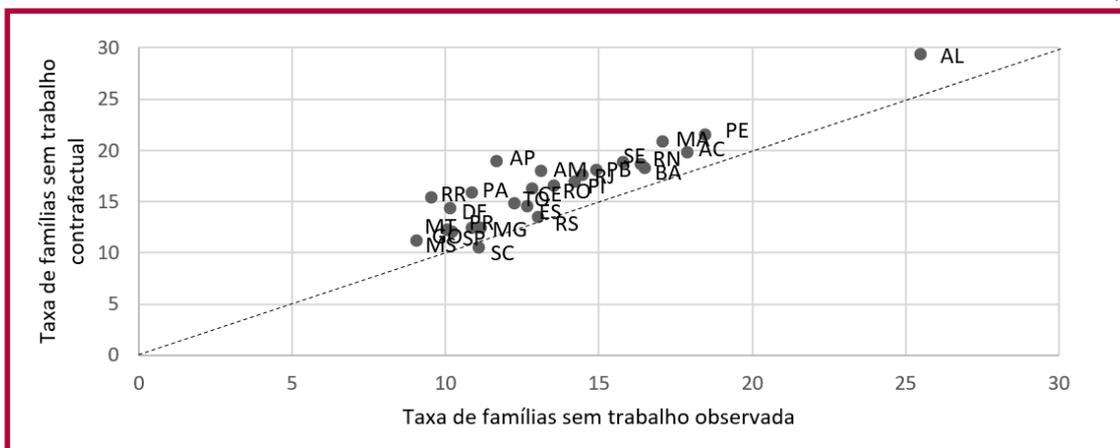
EDUARDA DA SILVA NASCIMENTO (GRADUANDA EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS NO CAA/UFPE)

DANYELLA JULIANA MARTINS DE BRITO (DOUTORA EM ECONOMIA E PROFESSORA DO PPGECON/CAA/UFPE)

As mudanças sociais e econômicas que a sociedade brasileira enfrenta, transformaram a dinâmica da oferta de trabalho familiar. Estimativas baseadas nos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) do ano de 2018 constataam um amplo número de famílias em que nenhum adulto trabalha, o que revela uma possível tendência de polarização na oferta de trabalho entre os agregados familiares. A alta incidência de famílias sem trabalho, por sua vez, certamente está associada a um maior risco dos residentes de tais agregados de estar em situação de pobreza. Quando observado o cenário nacional, constata-se uma distribuição desigual das famílias (domicílios) sem trabalho, que se concentram, expressivamente, na região Nordeste (Gráfico 01). Há uma dimensão espacial na ausência de trabalho domiciliar no Brasil.

Gráfico 01

Taxas de domicílios sem trabalho observada e contrafactual – Brasil urbano – 2018 (em %)



Fonte: Elaboração própria, com os dados da PNAD-C de 2018.

O Gráfico 01 apresenta a proporção de domicílios sem trabalho observada (eixo horizontal) e a proporção de domicílios sem trabalho contrafactual (eixo vertical). Esta última, contrafactual, refere-se à proporção de famílias sem trabalho que seria observada caso o trabalho fosse aleatoriamente distribuído na população¹. Como a taxa de famílias sem trabalho contrafactual supera a taxa observada, na média, a polarização da oferta de trabalho familiar é negativa. Contudo, é necessário destacar a alta incidência de famílias sem trabalho observada em 2018, com maior parte dos estados apresentando mais de 10% das famílias sem algum adulto trabalhando. Ademais, destaca-se os estados de Alagoas e Pernambuco, com as mais elevadas incidências de famílias sem trabalho, em relação às demais localidades.

Quando observado a vulnerabilidade à pobreza no ano de 2010, fica evidente que desde aquele ano os estados pertencentes às regiões Norte e Nordeste já apresentavam os maiores percentuais de vulnerabilidade. De acordo com a Tabela 01, as localidades com maiores proporções de indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$255,00 mensais (em reais de agosto de 2010), foram o Maranhão (63,58%) seguido por Alagoas (59,76%) e Piauí (58,13%). Ademais, fica perceptível que todos os nove estados do Nordeste apresentaram um percentual de vulnerabilidade acima da média nacional, em 2010. Tais evidências corroboram o quadro de disparidades regionais.

Tabela 01

Percentual de vulneráveis à pobreza, Nordeste e Nordeste urbano, 2010 (em %)

Nordeste	% de vulneráveis à pobreza	% de vulneráveis à pobreza (urbana)
Maranhão	63,58	53,40
Piauí	58,13	47,78
Ceará	54,85	47,16
Rio Grande do Norte	47,70	40,78
Paraíba	53,65	47,07
Pernambuco	51,86	45,94
Alagoas	59,76	52,28
Sergipe	52,13	43,80
Bahia	52,71	44,10
Brasil	32,56	26,93

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil de 2010.

Em 2010, cerca de 51,86% da população pernambucana apresentava renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$255,00 mensais, na área urbana tal percentual era de 45,94% (Tabela 01). Em 2018, 18,46% das famílias residentes de área urbana em Pernambuco não possuíam algum adulto inserido no mercado de trabalho (Gráfico 01). Nessa perspectiva, a elevada incidência dessas famílias sem trabalho gera fortes impactos negativos, podendo refletir em prováveis resultados educacionais piores para as crianças que vivem nessas

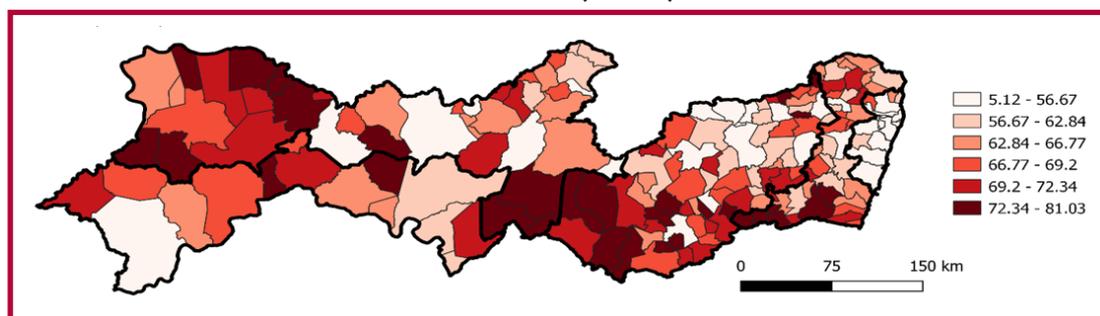
¹ Para mais detalhes sobre a taxa de domicílios sem trabalho contrafactual consultar Gregg *et al.* (2010).

estruturas familiares, bem como pode contribuir para um maior montante de agregados familiares dependentes de programas de auxílio financeiro governamentais e em situação de pobreza. Em síntese, uma taxa de famílias sem trabalho elevada configura mais um sério problema para o já vasto leque de problemas sociais do Estado.

Na Figura 01 é feito um exame mais preciso da situação dos municípios pernambucanos, em 2010. Há uma maior vulnerabilidade à pobreza principalmente nas mesorregiões do Sertão Pernambucano e Agreste Pernambucano, com destaque para os municípios de Inajá (79,89%), Manari (81,03%) e Ibimirim (73,55%) que integram a microrregião do Sertão de Moxotó; e Santa Filomena (80,91%), Santa Cruz (75,56%), Exu (74,87%) e Moreilândia (76,15%) que se localizam na microrregião do Sertão de Araripina. No Agreste Pernambucano, observando algumas das maiores cidades, constata-se que Caruaru (39,22%), Santa Cruz do Capibaribe (32,11%) e Toritama (34,43%) apresentaram um percentual de vulnerabilidade relativamente próximo da média nacional, que foi de 32,56% em 2010. Ainda no Agreste Pernambucano é notável que a microrregião do Vale do Ipanema – composta por Águas Belas (72,41%), Buíque (80,25%), Itaíba (71,8%), Pedra (72,15%), Tupanatinga (80,89%) e Venturosa (66,52%) – abriga as maiores concentrações de vulnerabilidade à pobreza de todo agreste.

Figura 01

Distribuição espacial da vulnerabilidade à pobreza entre os municípios pernambucanos em 2010 (em %)



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil de 2010.

Ao analisar conjuntamente a distribuição territorial da vulnerabilidade à pobreza e da incidência de famílias sem trabalho, constata-se as especificidades de Pernambuco e fica evidente a existência dos fortes desafios que se colocam no desenvolvimento de políticas sustentáveis para inclusão produtiva das famílias e redução da pobreza no Estado.

REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL DE 2010. Disponível em <www.atlas-brasil.org.br>. Acesso em 03 de janeiro de 2020.

GREGG, P., SCUTELLA, R., WADSWORTH, J. Reconciling workless measures at the individual and household level. Theory and evidence from the United States, Britain, Germany, Spain and Australia. **Journal of Population Economics**, v.23, p.139-167, 2010.

IBGE/**Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** (PNAD-C), 2018.



Presidente: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera

Vice-Presidente: André Lima de Morais

Conselheiros Efetivos: Bruna Rodrigues Florio
Diógenes Sócrates Robespierre de Sá
Francisco José Couceiro de Oliveira
João Albuquerque da Silva
José André de Lima Freitas da Silva
Monaliza de Oliveira Ferreira
Rafael Ramos da Conceição

Conselheiros Suplentes: Fábio José Ferreira da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Janiza Lima Ribeiro de Albuquerque
Keynis Cândido de Souto
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Paulo Roberto de Magalhães Guedes
Poema Isis Andrade de Souza
Severino Ferreira da Silva

Conselheiro Federal: Fernando de Aquino Fonseca Neto

Gerente Executiva: Rayssa Kelly Melo das Mercês

Comitê Editorial: Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera
André Lima de Morais
Fábio José Ferreira da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Keynis Cândido de Souto
Maria do Socorro Macedo Coelho Lima
Monaliza de Oliveira Ferreira
Rafael Ramos da Conceição

Projeto Gráfico: Erivaldo Sousa

Correspondência: Corecon/PE - Rua do Riachuelo, 105 - sala 212.
Ed. Círculo Católico - Boa Vista - Recife, PE.
CEP: 50.050-400
Tels.: 81 3039-8842 | 3221-2473 | 99985-8433

coreconpe@coreconpe.gov.br
www.coreconpe.gov.br

Boletim produzido em parceria entre
o **Corecon-PE** e a **UFPE/CAA**



/CoreconPE



@PECorecon



/corecon.pe